

CURRÍCULO E EXTENSÃO NO CAMPO DE PÚBLICAS: Uma reflexão necessária

Beatrice Correa de Oliveira

Matheus Arcelo F. Silva

Walter Calunga

Alan Cordeiro Fagundes

Resumo

Considerando a importância de debater e consolidar o processo de curricularização da Extensão Universitária, como um elemento constituinte do fortalecimento dos cursos que compõem o Campo de Públicas, que vêm sendo empreendido desde o processo de consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Administração Pública, em 2014, este artigo possui como objetivo geral apresentar um debate teórico acerca da concepção de currículo, para que se possa refletir sobre os impactos de "curricularizar" a extensão universitária, tomando como base o caso da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). Para isso, foi feita uma breve retomada teórica dos conceitos e concepções que marcam a extensão universitária no Brasil, seguido de um debate teórico acerca das concepções de currículo. Feitas essas retomadas teóricas, foi apresentado o caso de curricularização da extensão da EG/FJP, por meio do qual foram possíveis perceber alguns desafios desse processo, que remetem às concepções de extensão e à uma necessidade de repensar não apenas maneiras de inserir a extensão no currículo, mas a forma como se estrutura o currículo em si, visando um avanço mais pleno da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Currículo; Curricularização da extensão; Campo de Públicas

Abstract

Considering the importance of debating and consolidating the process of curricularization of University Extension, as a constituent element of the strengthening of the courses that make up the Public Field, which has been undertaken since the process of consolidation of the National Curricular Guidelines (DCN) of Public Administration, in 2014, this article has as its general objective to present a theoretical debate about the conception of curriculum, so that one can reflect on the impacts of "curricularizing" university extension, based on the case of the Professor Paulo Neves de Carvalho School of Government of the João Pinheiro Foundation (EG/FJP). To this end, a brief theoretical review of the concepts and conceptions that mark university extension in Brazil was carried out, followed by a theoretical debate on the conceptions of curriculum. After these theoretical resumptions, the case of curricularization of the extension of EG/FJP was presented, through which it was possible to perceive some challenges of this process, which refer to the conceptions of extension and to a need to rethink not only ways of inserting extension in the curriculum, but the way the curriculum itself is structured, aiming at a fuller advancement of the inseparability between teaching, research and extension.

Keywords: University Extension; Curriculum; Curricularization of extension; Public Field

1 INTRODUÇÃO

O debate acerca dos desafios que envolvem a curricularização da extensão está sendo cada vez mais empreendido, em especial devido ao fim do prazo estabelecido pela Resolução CNE/CES 07/2018, de 18 de dezembro de 2018, para que as Instituições de Ensino Superior (IES) se adequassem à nova determinação que estabelece que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos seja destinada à realização de atividades de extensão universitária. Tratar desta obrigatoriedade de inserção da extensão nos currículos dos cursos superiores aponta para a necessidade de realizarmos um debate amplo acerca do currículo, sua construção e seus impactos nos processos de ensino e aprendizagem, como um elemento fundamental para avançarmos na consolidação da curricularização da extensão, considerando a importância não apenas de cumprir com essa obrigatoriedade, mas repensando as concepções de extensão, o currículo e a própria universidade, como afirma Gadotti (2017), considerando de forma plena a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Dado esse cenário, os diversos cursos do Campo de Públicas passaram por um processo de adaptação de seus currículos. Na Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP) não foi diferente. Por meio desta experiência, cabe refletir, de forma mais ampla, o que significa formalizar a inclusão da extensão universitária no currículo de um curso do campo de públicas?

Considerando esta pergunta, o objetivo geral deste artigo é apresentar um debate teórico acerca da concepção de currículo, para que se possa refletir sobre os impactos de "curricularizar" a extensão universitária, tomando como base o caso da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). Para isso, iremos considerar algumas concepções de currículo, apontando seus delineamentos teóricos, para em seguida apresentar algumas das diretrizes e marcos legais da curricularização, por fim, apresentando o caso de construção da curricularização na EG/FJP, realizando uma reflexão sobre esse processo em articulação com as teorias apresentadas.

Tendo como base estes objetivos estabelecidos, um elemento importante do percurso metodológico deste estudo é sua construção teórica, considerando os elementos apontados por Thiollent (1987 p. 16-17), que critica o caráter anti-histórico e anti-dialético dos procedimentos que buscam apreender uma dada realidade social por meio de uma "fotografia" do momento, sem problematizar os conceitos envolvidos, ou mesmo levar em conta as estruturas e os movimentos sociais. Uma outra crítica apresentada pelo autor, diz respeito à

desvalorização das elaborações teóricas, ressaltando-se que os dados por si só não são geradores de conceitos e explicações de uma dada realidade social.

Não se trata de apenas desconsiderar o empiricismo, o que pode levar a cair no teoricismo, que remete à um discurso supergeneralizante, tampouco induzir à uma confusão entre empiricismo e observação em geral, que não devem ser vistas como sinônimos. Não significa, portanto, abrir mão e criticar toda e qualquer forma de observação, até mesmo porque essa é uma importante forma de se dar conta do real e fortalecer a pesquisa (THIOLLENT, 1987).

Neste sentido, este artigo se estrutura trazendo um primeiro tópico que irá tratar de algumas concepções sobre a extensão universitária, passando para um segundo tópico, que irá tratar de alguns conceitos relativos ao currículo, e a partir destas abstrações razoáveis realizadas por meio da construção teórica sobre os temas, será apresentada uma observação participante da experiência de curricularização vivenciada na EG/FJP. Por fim, serão apresentadas as considerações finais deste artigo.

2 DE QUE EXTENSÃO ESTAMOS FALANDO?

A pergunta que dá título à esta seção, como nos lembra Gadotti (2017), foi uma questão trazida por Paulo Freire há mais de 50 anos, mas que ainda é bastante atual. Nos perguntarmos de que extensão estamos falando é um importante caminho para compreendermos muitos dos desafios que são apresentados na prática e no cotidiano das universidades no que diz respeito à aplicação de atividades extensionistas e ao processo de curricularização da extensão universitária.

2.1 Concepções de extensão

Ao fazermos a pergunta que dá título à esta seção e pensarmos nos elementos que tratam das concepções de extensão neste trabalho é importante ressaltar que compreendemos sua aplicação considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que está presente na Constituição Federal (CF) de 1988, em seu artigo 207: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Este princípio também é reforçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) que, em seu Art. 43. Deste modo compreende-se essa

indissociabilidade como um princípio que guia a estruturação e os rumos da universidade, como apontam Menezes e Síveres (2011).

Importante ressaltar que a Resolução MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que estabelece algumas diretrizes para definição e delimitação das atividades extensionistas, em seu artigo 5º, inciso IV, também aponta para importância dessa articulação, trazendo como elemento relevante pensar em um projeto pedagógico único:

Artigo 5º: Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:
(...) IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

A despeito da indissociabilidade ser um elemento que é tratado nestes dispositivos legais e reforçado em diversos Projetos Pedagógicos de Curso, é inegável que cada um dos elementos que marcam o tripé da universidade ainda possui formas distintas de tratamento e de resoluções pedagógicas dentro da dinâmica das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil. Mori (2017) destaca que ainda existem carências em relação à essa articulação, com diversas interpretações sobre o tema e destaca que:

Além da falta de clareza dos possíveis elos entre as três formas de atividade, a palavra “extensão” é também polissêmica. A própria legislação parece restringir seu significado à divulgação ou à difusão de bens culturais e científicos produzidos na universidade (o que, para muitas instituições, significa o oferecimento de cursos à comunidade não acadêmica), enquanto pesquisadores se debruçam sobre o conceito e o tratam de situá-lo em um contexto mais amplo, em que se enredam práticas tradicionais com cultura erudita, saber popular e conhecimento científico (MORI, 2017, p. 84).

Neste sentido, é importante destacar que a extensão deve ser entendida dentro de um processo mais amplo que envolve a forma como se constituem as IES e compreendendo as diversas concepções que atravessam o conceito de extensão universitária. Para contribuir com esse debate, consideramos ser relevante trazer alguns elementos históricos que marcam os processos de construção da extensão universitária no Brasil. Lucas *et al* (2023) realizaram uma importante retomada e sistematização do debate acerca das concepções de extensão, ressaltando que a extensão universitária no Brasil possui uma forma de desenvolvimento própria, mas também teve influências latino-americanas, europeias e estadunidenses. Também é observado como um marco nesse processo de retomada histórica acerca das concepções de extensão o Movimento de Córdoba, ocorrido em 1918, na Argentina. Esse movimento é considerado um marco pela aproximação das universidades com as classes

operárias, que representavam uma crítica aos modelos tradicionais de universidade, considerados muito elitistas, sendo também um embrião para o avanço do debate acerca da educação popular, com base no método de Paulo Freire (LUCAS et al, 2023).

Contudo, Gadotti (2017) aponta que foi apenas no início da década de 1960, que a extensão, pensada na lógica que temos hoje, tomou corpo. Como lembra o autor, essa consolidação da extensão passou em grande medida pela influência da ação dos movimentos sociais. O autor ainda destaca que a partir de 1964, quando ocorreu o golpe militar houve um retrocesso nesses avanços. Ainda o autor, cita que em 1987 foi criado o ‘Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras’, que hoje representa o ‘Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras’ (FORPROEX). A formação do Forproex é vista como um elemento central para o fortalecimento da extensão universitária e a consolidação do debate sobre o tema.

Com o avanço dos debates sobre extensão universitária, muitas categorizações acerca das concepções de extensão passaram a ser observadas. Lucas *et al* (2013) fizeram um importante trabalho de retomada, que iremos sistematizar no quadro a seguir:

Quadro 1 – Categorizações das concepções de extensão universitária

Autores	Concepção de Extensão apresentada
Oliveira e Goulart (2015); Cristofolletti e Serafim (2020)	São cinco concepções que podem ser observadas nas IES: Assistencialista; comunitária; prestação de serviços a empresas e governos, com vistas a resolver problemas com demandas específicas; divulgação científica e formação técnica a um público que não tem acesso ao ensino de graduação e pós-graduação tradicional; e enquanto vínculo entre universidade e empresa.
González e Larrea (2006)	Três principais modelos: tradicional; economicista; e de desenvolvimento integral, que possui inspiração no Movimento de Córdoba.
Silva (2000)	O autor aponta para uma categorização com três categorias: concepção tradicional ou funcionalista; concepção processual; concepção crítica.
Gadotti (2017)	Para o autor, se formaram no Brasil duas concepções de extensão: concepção assistencialista (prática extensionista); concepção não assistencialista (prática não extensionista)

Fonte: Lucas *et al* (2023 p. 3-4); Gadotti (2017)

A despeito das distinções, as diferentes concepções de extensão apresentadas pelos pesquisadores possuem algumas convergências. A primeira categorização, baseada em

Oliveira; Goulart (2015); e Cristofolletti; Serafim (2020) e apresentada por Lucas *et al* (2023), é a que aponta para mais categorias, com isso, trazem uma maior especificação acerca do que representam cada uma das ações. Uma das definições é a chamada concepção comunitária, que trata das atividades extensionistas que buscam interagir com as comunidades de forma dialógica. Uma outra definição aponta para uma concepção de caráter assistencialista, que neste contexto significaria assumir parcela da atuação do Estado, também apresentam uma concepção de prestação de serviços, que contempla o atendimento a empresas e governos para atender questões específicas.

Na ordem das concepções apresentadas no Quadro 1, a segunda representada foi González e Larrea (2006), que reforçam algumas das percepções apresentadas anteriormente, mas trazem menos categorias, sendo a primeira, tratada como tradicional, que se caracteriza para transmissão do conhecimento de forma unilateral. Já a segunda categoria proposta, chamada de economicista, aponta para uma extensão que atua na lógica do mercado, pautando sua atuação nas demandas do setor produtivo. Por fim, a terceira proposta, de desenvolvimento integral, possui como inspiração o movimento de Córdoba. Silva (2000), ao pontuar suas categorias, traz uma primeira que ele chamou de tradicional ou funcionalista, que trata de uma linha de atuação mais assistencialista, já a segunda concepção proposta, chamada de processual, aponta para a extensão como articuladora entre ensino e pesquisa, finalizando com uma terceira definição que trata de elementos mais críticos (LUCAS *et al*, 2023).

Compreender essas diferentes possibilidades é muito interessante, entendendo também que essas concepções se cruzam, por isso trazer uma proposta com menos categorias também pode ser uma possibilidade. O autor representado que apontou apenas duas categorias foi Gadotti (2017). Sua categorização possui uma concepção muito clara, que se baseia no debate sobre extensão realizado por Paulo Freire. Na primeira concepção proposta pelo autor, chamada de assistencialista, ou extensionista, é destacado que a extensão é compreendida como transmissão vertical do conhecimento, por meio de uma relação de transmissão dos conhecimentos que se apresenta como unilateral, representando apenas o repasse dos conhecimentos produzidos e sistematizados nas universidades para a sociedade, não havendo o caminho inverso. Por outro lado,

A segunda vertente entende a extensão como comunicação de saberes. É uma visão não assistencialista, não extensionista de Extensão Universitária. A proposta de Paulo Freire de substituição do conceito de extensão pelo de comunicação vai nesta linha (GADOTTI, 2017, p. 2).

Percebe-se com as diversas definições, que tratar da extensão universitária no Brasil não é uma tarefa simples, são diversos os fatores que se articulam em uma dinâmica mais ampla. Contudo, é possível perceber que existe um importante movimento de fortalecimento de uma extensão vista como “via de mão dupla”, e neste sentido, o Forproex possui um papel fundamental. Ao tratar do conceito de extensão universitária na Política Nacional de Extensão Universitária de 2012, o Forproex trouxe o conceito de extensão como:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2019, p. 28)

Esse conceito é muito relevante, uma vez que carrega em si uma confluência dos diversos debates que marcam as concepções de extensão universitária no Brasil, reforçando a perspectiva de uma extensão popular, que acreditamos ser a concepção de extensão que permite de fato o avanço em relação à uma universidade que possa acolher e gerar um retorno para as demandas da sociedade de forma mais completa, e contribuir para uma formação humana de seus discentes e docentes. Além disso, essa concepção de extensão aponta para uma possibilidade de articulação real com a pesquisa e o ensino, trazendo novas perspectivas e alternativas de organização do currículo. Deste modo, encerramos a breve apresentação de concepções de extensão que foi proposta para essa seção, marcando elementos de uma concepção geral acerca de qual extensão estamos falando.

2.2 – A Extensão no Campo de Públicas

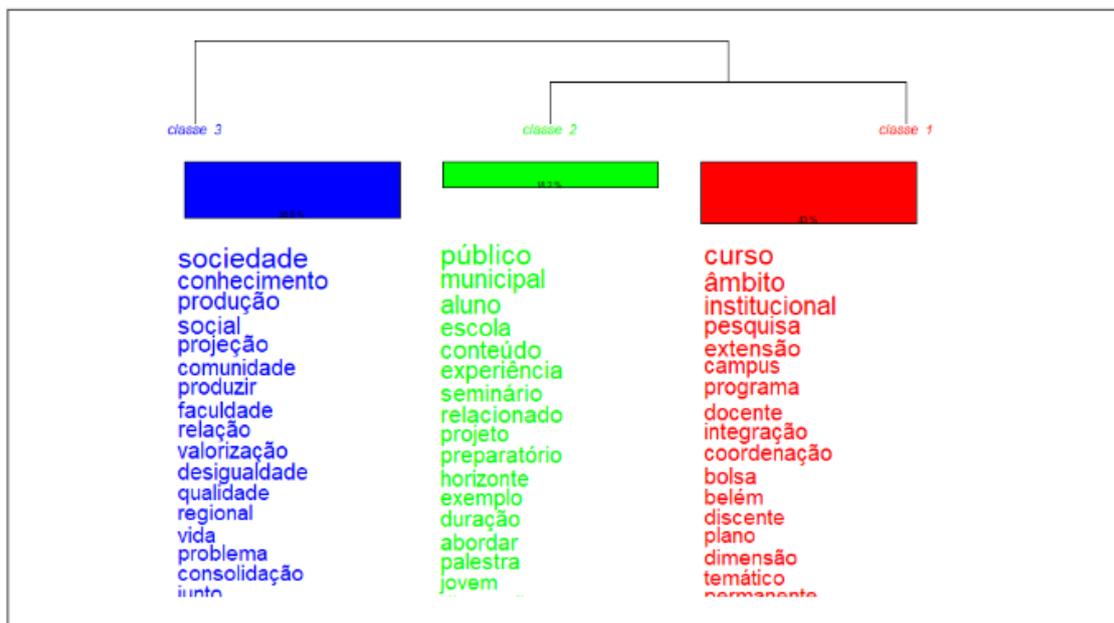
Depois de apresentarmos algumas das concepções acerca da extensão universitária no Brasil, que apontam para algumas abstrações razoáveis acerca dos conceitos de extensão e das possibilidades para repensarmos sua dinâmica e articulação com o ensino e a pesquisa, vamos apresentar de forma breve algumas características da extensão universitária pensando no Campo de Públicas, o que irá auxiliar na aproximação com o nosso objeto concreto de análise, que é a experiência da EG/FJP.

Neste sentido, sobre o Campo de Públicas, Pires et al (2014), reforçam que devemos considerar que é um Campo ainda em formação. Contudo, sua constituição aponta para uma diferenciação entre os elementos que marcam a construção do conhecimento na Administração de Empresas (privada) e na Administração Pública. Coelho et al (2020, p. 490) apresentam o Campo com o emblema: "unidade na diversidade", sendo a unidade em torno

do lócus “público” e da noção de res pública. Já a diversidade, se apresenta pela multiplicidade teórica e a pluralidade de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Compreender a diversidade que marca o Campo de Públicas é um elemento fundamental e ressalta o desafio de caracterizar a extensão neste contexto. Contudo, Andion et al (2023), por meio da análise de 26 Projetos Políticos de Curso (PPC) de cursos do Campo de públicas, considerando o item que trata da extensão, trouxeram alguns dados que podem contribuir de forma inicial com essa caracterização. Na figura 1, a seguir, foi feito um dendrograma, por meio da utilização do software Iramuteq, e foi possível perceber a existência de três principais classes de palavras: “classe 1: aspectos formais da extensão; classe 2: estruturação das práticas extensionistas; classe 3: vivência das práticas extensionistas” (ANDION et al, 2023, p. 16).

Figura 1 - Categorias do item extensão em 26 projetos pedagógicos de cursos do campo de públicas: dendrograma



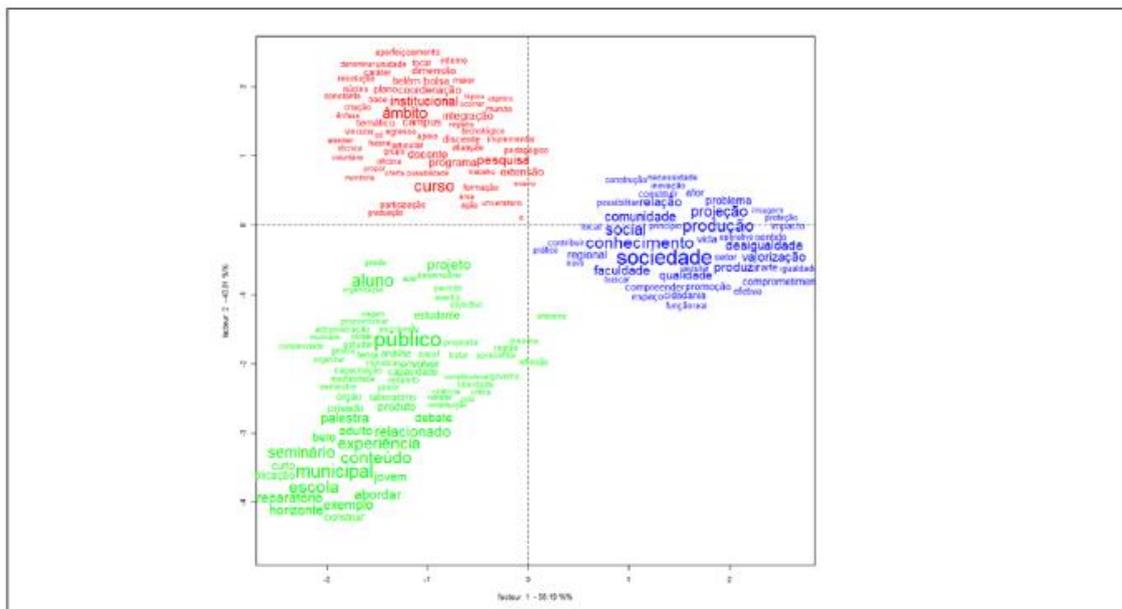
Fonte: Andion et al (2023)

Por meio desta primeira análise, é possível perceber que as classes 1 e 2 derivam da Classe 3, que é representado pelas chaves superiores do dendrograma. Nesse sentido, chama-se atenção para uma preocupação com elementos que remetem à sociedade e as demandas da comunidade na construção do item que trata da extensão nos PPCs analisados.

Além disso, a experiência dialógica vivenciada pelos estudantes é algo que aparece com frequência. Por outro lado, em termos do volume total de segmentos destacados, a classe1, que trata dos aspectos formais da extensão possui um peso maior.

Os elementos que marcam cada uma dessas classes podem ser mais bem visualizados na Figura 2, que representa a análise fatorial de correspondência realizada para a pesquisa. Importante ressaltar que pelo momento de realização da pesquisa, grande parte dos PPCs ainda não haviam sido atualizados para contemplar os debates acerca da curricularização da extensão.

Figura 2 - Análise fatorial de correspondência do item extensão em 26 projetos pedagógicos de cursos do campo de públicas



Fonte: Andion et al (2023)

A despeito dessa análise ser ainda inicial e não contemplar muitos cursos, ter uma noção, ainda que breve, da forma como a extensão é apresentada nos PPCs de alguns cursos do Campo de Públicas é relevante. Neste sentido, não é possível estabelecer uma concepção de extensão predominante apenas pela frequência de palavras destacada, mas um elemento que chama atenção, é o fato que a extensão é vista, de forma geral, como o lugar de contato com a sociedade, de relacionamento com a comunidade.

Apresentadas algumas concepções de extensão e essa breve caracterização da extensão universitária no Campo de Públicas, a seguir serão destacadas algumas

concepções sobre o conceito de currículo. Acredita-se que essa conceituação nos ajudará a compreender o debate sobre a extensão de uma maneira mais ampla.

3 CONCEPÇÕES DE CURRÍCULO

Um elemento marcante para pensarmos sobre a curricularização da extensão é a importância que esta seja considerada dentro da dinâmica do currículo e não apenas como um elemento isolado dentre as práticas pedagógicas previstas. Neste sentido, o currículo não é simplesmente a soma de um conjunto de disciplinas, é a tradução de um projeto político pedagógico integrado (GADOTTI, 2017). É a partir desta reflexão que muitos dos debates que defendem a inclusão da extensão no currículo, ressaltam sua importância para garantir que não seja um apêndice dentro da estrutura formal de formação nas IES, mas que se integre, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa em articulação, e não apenas subordinado a elas.

Neste artigo, não temos a pretensão de realizar um debate exaustivo acerca da definição de currículo, uma vez que existem diferentes concepções e não há uma definição única e acabada sobre o tema. Deste modo, apresentaremos de forma breve algumas destas concepções selecionadas em função da sua representatividade em relação às principais concepções curriculares conhecidas. Sobre essa questão, Gadotti (2017) ressalta:

Antes de mais nada é preciso realçar o caráter polissêmico, complexo e diverso, do conceito de curricularização, como o conceito de currículo. Entretanto, toda vez que se fala em curricularizar a extensão pensa-se logo num processo que busca potencializar o envolvimento de todos os estudantes e professores em atividades curriculares institucionais. O foco sempre volta-se para a comunidade externa: os estudantes precisam se envolver com atividades de extensão relacionadas aos componentes curriculares do seu curso (GADOTTI, 2017, p. 10).

Apresentando uma das concepções de currículo possíveis, Zabalza (1987) destaca que o currículo é o conjunto de pressupostos de partida, das metas que se desejam alcançar e dos passos que se dão para alcançar; é o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, etc. que são considerados importantes para serem trabalhados na escola, ano após ano. E, supostamente, é a razão de ser de cada uma dessas opções. Nesse caso é possível que se pense no currículo e na curricularização da extensão como um conjunto de pressuposto que vão dar respostas a uma meta ou objetivo específico com a formação dos estudantes na universidade.

Outra definição possível, apresenta o currículo como um modelo organizado do programa educacional da Escola e descreve a matéria, o método e a ordem do ensino- o quê, como, e quando se ensina. Segundo essa perspectiva, com a curricularização da extensão na universidade organiza-se o modelo do programa educacional com vista a responder às perguntas colocadas na definição, o quê? Que conteúdos seriam importantes para o processo de formação dos estudantes que lhe fornecesse competências e habilidades para transformar o meio onde está inserido através de projetos, programas, cursos ou outra atividade necessária para a sua formação; como? que métodos serão usados para alcançar tal aspiração, carga horária, que disciplinas, que profissionais, que recursos e o quando? Sem esquecer que existe um processo temporal na operacionalização do currículo, devemos responder que período devemos ensinar, o ensino deve estar diretamente ligado a relevância contextual e a necessidade objetiva dos estudantes e sociedade.

O currículo pode ainda ser considerado um conjunto de aprendizagens consideradas necessárias, num dado contexto e tempo e a organização e sequências adaptadas para concretizar ou desenvolver (ROLDÃO, 1999). Nesta perspectiva, o movimento da curricularização da extensão, em um primeiro momento, demonstra a preocupação na garantia de que os estudantes por via da concretização desse currículo acabam aprendendo de forma prática e através da experiência com a comunidade aspectos importantes para a concretização do seu trabalho enquanto profissional da administração pública.

Trazendo uma outra perspectiva, Gadotti (2017) destaca como uma alternativa uma teoria curricular crítica, chamada de "currículo por projetos" (cf. HERNADEZ; VENTURA, 1998; ARANTES-PEREIRA, 2012), segundo o autor, é uma perspectiva que busca romper com uma visão linear, fragmentada e disciplinar do currículo. Com isso, ressalta-se a necessidade de organização do currículo considerando uma dinâmica que ultrapassa a tradição curricular que se fundamenta na separação por disciplinas (FRANCO, 2008).

Gadotti (2017) concorda com essa visão acerca da necessidade de repensar a forma como se estrutura e se pensa o currículo, mas propõe uma nova reflexão, ao trazer a necessidade de pensar o currículo por meio da dinâmica das comunidades, pensando nas realidades locais, considerando também as necessidades específicas, assim como foi destacado na "Carta de São Bernardo" (FORPROEX, 2016) que "defende de forma intransigente a necessidade de manutenção e ampliação das ações de extensão que valorizam e apoiam as afirmações das identidades raciais, sociais, de gênero e de território das populações vulneráveis".

Essa proposta de abordagem do currículo defendida por Gadotti (2017, p. 9) se baseia na perspectiva de que "a aprendizagem, para ser eficaz, deve ser significativa e pessoalmente

relevante, a partir da qual o estudante organiza a construção do seu conhecimento”, complementando que “não basta que a aprendizagem seja significativa: é preciso que ela seja crítica e reflexiva, como sustenta Paulo Freire.” (p. 9).

Trazer essas diversas perspectivas de currículo se mostra importante para compreendermos também o que significa “curricularizar”, sendo muito importante também pensarmos nessas perspectivas de construção do currículo, articulado com a maneira como se constitui a universidade, os cursos superiores e a nossa relação com a produção do conhecimento. Alguns dos resultados observados dizem respeito aos desafios impostos pelo processo de curricularização, uma vez que o currículo implica na declaração do projeto de ensino-aprendizagem escolhido. Sobre essa questão, nos chama atenção Gadotti (2017, p. 11):

Existe, desde sempre, uma tensão entre concepções opostas de universidade e de currículo, uma realçando mais o caráter da universidade como prestadora de serviços ou de certificação para o trabalho e outra voltada mais para a educação como um bem público. A primeira voltada mais para o mercado e a segunda voltada mais para a cidadania. Pode-se dizer que temos duas visões de mundo opostas da universidade: uma visão mercantil e uma visão pública, uma visão “bancária” e uma visão problematizadora, emancipatória. A primeira realça apenas os aspectos da formação profissional e científica sem discutir aspectos significativos da atividade do profissional no mundo do trabalho e da cultura. A segunda busca associar essa formação para o mundo do trabalho com uma formação cidadã mais ampla, uma formação geral.

Neste sentido, são muitos os elementos que marcam uma dinâmica complexa, que se traduz nos currículos, mas que apontam para disputas muito relevantes que se colocam na totalidade da nossa forma de sociabilidade. Além disso, com a apresentação das diferentes definições do currículo podemos perceber que não existe efetivamente uma definição acabada ou única, mas podemos tirar delas elementos importantes que nos ajudam na construção da nossa discussão sobre a curricularização da extensão universitária e seu impacto na aprendizagem e no processo de construção de programas que respondam a necessidade da sociedade onde estão inseridos.

4 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA EG/FJP

Assim como foi destacada na introdução deste trabalho, ao retomar alguns elementos trazidos por Thiollent (1987), acreditamos que, ainda que breve, a retomada teórica apresentada nos tópicos anteriores nos permite trazer o debate sobre a experiência com o primeiro movimento de curricularização da extensão na EG/FJP sob uma outra perspectiva,

considerando as mediações entre as possibilidades e os desafios que se apresentaram no cotidiano desse processo. Neste sentido, a seguir apresentaremos dois tópicos que serão importantes para o debate empreendido neste artigo. O primeiro tópico trará elementos de uma breve retomada histórica da maneira como a extensão foi se estruturando ao longo dos anos no CSAP. Em seguida, será apresentada a forma como estruturou-se a extensão após o processo de curricularização.

4.1 O histórico de estruturação da extensão na EG/FJP

Para iniciar essa breve retomada do histórico da extensão universitária na EG/ FJP, destacamos que as atividades de extensão na Escola de Governo começam a ser registradas a partir de 1998, por meio das ações da Superintendência de Extensão, com o foco na oferta de cursos aos servidores públicos, a fim de contribuir com sua requalificação (SOUZA, 2017, p. 35). Neste primeiro momento observa-se uma estruturação desse componente acadêmico como uma extensão do conhecimento da instituição de ensino às demais pessoas da sociedade, por meio dos cursos abertos.

Com o fortalecimento do curso de graduação em Administração Pública criado em 1986, as atividades de extensão passam a ser uma demanda dos próprios estudantes, que se mobilizaram para que a Escola de Governo participasse do Projeto Rondon¹ em 2006. Se trata de um projeto de extensão universitária coordenado pelo Ministério da Defesa e que tem por objetivo oportunizar vivências aos estudantes universitários de forma a contribuir com desenvolvimento da cidadania ao mesmo tempo em que estimula o emprego de soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais e visando ao fortalecimento da Soberania Nacional. Teve sua primeira edição em 1967, e após um tempo interrompido retomou as Operações em 2005. Importante notar, como chama atenção Gadotti (2017 p. 2), que o projeto foi criado em meio ao período marcado pela ditadura militar no Brasil, dado esse contexto, “teve um resultado positivo já que possibilitaram aos jovens estudantes universitários a vivência em comunidades rurais mais empobrecidas do país. Mas não avançou mais do que isso, dada a sua concepção assistencialista e cooptativa”.

Nesse período a Escola de Governo também passou por reestruturações, e em 2007 é criada a Gerência de Extensão e Relações Institucionais (Geri), formalmente responsável pela elaboração e articulação dos projetos de extensão universitária na instituição (SOUZA, 2017). A partir da criação da Geri em 2007 e a articulação dos estudantes buscando

¹ Ver: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/conheca>>

oportunidades de vivências que contribuíssem para o seu processo formativo, identifica-se um segundo momento de institucionalização interno da extensão, ao mesmo tempo em que houve projetos em parcerias com universidades e outras instituições, para o desenvolvimento de projetos fora de sala de aula, tais como visitas técnicas a municípios, estágios de inverno junto a Ministérios do Governo Federal, projetos em parceria com Secretarias de Estado. Nesse momento estudantes do curso de graduação e de mestrado da Escola de Governo eram os participantes dos projetos de extensão.

Em 2013 o curso de graduação em Administração Pública passou por uma reforma curricular, e as atividades de extensão universitária tiveram um papel relevante no fortalecimento do desenvolvimento de competências e habilidades práticas dos estudantes, considerando a necessidade de aproximação das disciplinas em sala de aula com a prática do servidor e de propiciar um maior contato dos alunos com diferentes realidades sociais (MAGALHÃES et al, 2021, p.10). Nesse processo de reforma, as atividades de imersão e conexão local, nome dado às atividades de campo dos alunos da graduação fora do município de Belo Horizonte, foram inseridos como um componente obrigatório do curso, além da necessidade de realização de pelo menos 1 projeto de extensão dentro das atividades complementares de graduação em que os alunos estivessem em contato com alguma comunidade ou organização fora da Escola de Governo.

Desde o novo currículo implementado em 2014, a Gerência de Extensão e Relações Institucionais trabalhou para o fortalecimento das ações de extensão universitária. Para tanto buscou-se o desenvolvimento de projetos diversos, desde projetos que aproximassem os discentes das secretarias e municípios, como também projetos que os aproximassem de escolas, centros de saúde e equipamentos da política de segurança pública. Além disso, a Gerência se estruturou para prover as questões logísticas e de segurança dos alunos extensionistas, por meio de um contrato de transporte para levar os alunos aos locais fora da FJP e contratação de seguro contra acidentes pessoais; estruturação de uma Política de Extensão (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017), documento orientador das diretrizes e dinâmicas da extensão na Escola de Governo. Nesse processo, o grande engajamento dos discentes, além do envolvimento de docentes e o Colegiado do curso de graduação em Administração Pública foram basilares a integração da extensão junto ao ensino e à pesquisa.

4.2 – As estratégias para a curricularização da extensão na EG/FJP

A partir da publicação da Resolução CNE/CES 07/2018, a qual apresentou a concepção, diretrizes e princípios da extensão universitária e estabeleceu que as atividades

de extensão devem compor, no mínimo, dez por cento do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, houve a necessidade da realização de debates dentro das IES sobre propostas sobre como promover essa inserção curricular da Extensão nas matrizes curriculares dos cursos. Por se tratar de uma instituição pública estadual, além da Resolução do Ministério da Educação foi necessário considerar também a Resolução nº 490 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, que em abril de 2022 publicou orientações sobre os “princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos os cursos superiores de graduação e de pós-graduação Lato Sensu no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 2022).

Para o atendimento das diretrizes nacionais e estaduais sobre a curricularização da extensão no currículo da graduação em Administração pública, o processo da Escola de Governo iniciou-se na Reforma do Currículo de 2020, que mobilizou docentes, discentes e técnicos, e em 2022 foram realizados outra rodada de debates junto a coordenação do curso de graduação, o Colegiado do curso de graduação, bem como o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Escola de Governo. Diante do processo histórico da extensão universitária do currículo do curso de graduação em Administração Pública narrado brevemente nos últimos parágrafos, é possível perceber que a extensão universitária já estava inserida no currículo do curso de graduação, e os debates foram no sentido de quais eram os caminhos pedagogicamente mais alinhados aos objetivos formativos do curso de graduação para a garantia de 10% do total de horas do curso destinadas à extensão universitária.

A partir dos debates realizados a curricularização da extensão universitária no curso de Administração Pública da Escola de Governo foi baseada em uma busca de diversidade de caminhos para a realização da extensão, seja ela como uma disciplina obrigatória, seja ela como um componente curricular obrigatório, configurando uma estratégia de curricularização da extensão que seja diversificada, que mescle projetos específicos de extensão, e disciplinas com caráter extensionista, entendendo que esse arranjo mesclado favorece a articulação ensino, pesquisa e extensão.

Sendo assim, o currículo para os graduandos ingressantes a partir de fevereiro de 2023 conta com 360 horas de atividades de extensão universitária, distribuídas em três diferentes atividades, como pode ser observado no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Distribuição de atividades de extensão universitárias, por carga horária mínima

Atividade	Carga horária mínima
Disciplinas de Projeto Aplicado (I, II e III)	90 horas
Atividades de imersão e conexão	180 horas
Projetos de extensão coordenados pela Gerência de extensão e aprovados pelo Colegiado do Csap	90 horas

Fonte: Elaboração própria.

Considerando as atividades descritas no Quadro 2, a primeira é representada pelas disciplinas de Projeto Aplicado I, II e III (PA), que foram estruturadas com o objetivo de oportunizar aos estudantes vivências práticas, mediadas por debates em sala de aula. São um conjunto de disciplinas de 30h cada, ofertadas no 3º, 5º e 7º períodos do curso. Os Projetos Aplicados são assim apresentados no Projeto Pedagógico do CSAP:

PA I: Processo de conhecimento a partir da experiência prática, nos moldes da aprendizagem experiencial. Vivência orientada em programas e políticas públicas de estado, a partir da qual serão articulados conteúdos das diferentes disciplinas aprendidas nos 1º e 2º períodos, em chave transversal. Foco na observação e no relato participante.

PA II: Processo de conhecimento a partir da experiência prática, nos moldes da aprendizagem experiencial. Vivência orientada em programas e políticas públicas de estado, a partir da qual serão articulados conteúdos das diferentes disciplinas aprendidas até o 4º período, em chave transversal. Foco nas metodologias ágeis de inovação em políticas públicas, considerando a experiência do usuário.

PA III: Processo de conhecimento a partir da experiência prática, nos moldes da aprendizagem experiencial. Vivência orientada em programas e políticas públicas de estado, a partir da qual serão articulados conteúdos das diferentes disciplinas aprendidas até o 6º período, em chave transversal. Foco na proposta de soluções de políticas públicas orientada por problemas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2020, p.74-75).

A vivência orientada em programas e políticas públicas de Estado é elemento central nos projetos aplicados, e que trazem uma articulação com as práticas de ensino apresentadas aos estudantes, além do contato direto e da relação construída ao longo da experiência prática vivenciada, marcando um importante elemento das práticas extensionistas. A previsão de disciplinas que tenham o objetivo promover a aproximação e a prática é a estratégia de curricularização da extensão que mais tem sido observada nos cursos do Campo de Públicas

e apresentam a potencialidade de aliar os conteúdos teóricos do curso com a prática da gestão pública, na medida em que os discentes, sob a supervisão dos professores responsáveis pelas disciplinas, elaboram produtos/relatos a partir das vivências orientadas na gestão.

As atividades de imersão e conexão, por sua vez, são um componente curricular do curso desde o projeto pedagógico de 2014 e têm por objetivo oportunizar vivências para o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas. A proposta de favorecer o conhecimento prático de técnicas de gestão adotadas em regiões e contextos variados, a troca de experiências entre os envolvidos, possibilitar atitudes colaborativas por parte dos alunos do curso e ainda fomentar a adaptabilidade a diferentes culturas organizacionais também está marcada no currículo como uma das contribuições da imersão.

As atividades de imersão envolvem experiência *in loco* das realidades e desafios municipais e regionais, ou ainda da dinâmica e de boas práticas de organizações governamentais e não governamentais. Além do momento de vivência *in loco*, as atividades de imersão/conexão envolvem um preparo anterior, de reuniões de planejamento e alinhamento, e ainda estudo e pesquisa, ou até mesmo uma viagem precursora para preparação para a ida oficial. Considera-se também as atividades de retorno da imersão: produção de relatórios e apresentação de resultados para a comunidade acadêmica.

Além disso as atividades de extensão são realizadas por meio de projetos de extensão, uma modalidade de atividade de extensão na Escola de Governo/FJP, por meio da qual as atividades extensionistas são organizadas de forma sistemática, pensando em um ciclo com início e encerramento, alinhado com as perspectivas pedagógicas estabelecidas para o Csap e validado pelo colegiado do curso. Os projetos de extensão são coordenados pela Geri, possuem um professor orientador e a equipe é composta pelos discentes da graduação e eventualmente da pós-graduação da Escola de Governo.

Os projetos de extensão são estruturados considerando ofertar uma diversidade de temáticas de oportunidades aos estudantes e que tenham confluência com o ensino e a pesquisa da Escola de Governo, e especialmente do curso de Administração Pública. Temas como segurança alimentar, migração e refúgio, prevenção aos desastres naturais, políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência, oficinas sobre cidadania com jovens privados de liberdade no sistema Socioeducativo, desenvolvimento de lideranças, são exemplos de temáticas de projetos de extensão que foram ofertados aos estudantes do curso

de graduação em administração pública e que marcam a multiplicidade dos projetos extensionistas por meio de variadas propostas de aprendizagem e público beneficiado.

4.3 Algumas reflexões decorrentes desse processo

O processo de inserção da extensão no currículo do curso de graduação em Administração Pública inicia-se com o processo de consolidação da extensão na Escola de Governo, que contou com um papel central dos estudantes do curso, como ressaltam Silva, Oliveira e Bronzo (2022). Além disso, perpassa os avanços institucionais de estruturação de uma Gerência de Extensão Universitária, que uma vez estruturada e com equipe em funcionamento traz os debates nacionais de extensão universitária do Forproex para dentro da EG e tem condições de operacionalizar projetos que confluem com as demandas dos discentes de uma atuação para fora da Escola de Governo e que busquem aos poucos a articulação com o ensino e a pesquisa.

Por se tratar de uma graduação com uma característica peculiar de também ser uma etapa de um concurso público, a demanda pelo elemento da prática sempre esteve presente nos debates sobre o currículo, e nesse sentido as atividades de extensão foram valorizadas, por oportunizar essas espaços e aprendizados na prática e que levassem os alunos a espaços e territórios que somariam ao seu processo de aprendizado, articulado ao ensino e à pesquisa.

Contudo, é relevante destacar que ainda existem desafios impostos para essa articulação, como foi apresentado por Silva, Oliveira e Bronzo (2022), que ao realizarem um grupo focal com estudantes do CSAP para tratar dos projetos de extensão universitária desenvolvidos na instituição, ainda antes da curricularização e das discussões decorrentes deste processo, apresentado neste artigo, ressaltaram que os projetos categorizados como “sociais”, que tratando das categorias debatidas anteriormente se aproximariam das propostas de extensão popular, eram percebidos pelos estudantes como elementos introdutórios e com pouca aderência ao que era visto em sala de aula. Ao passo que os projetos chamados “profissionais”, que traziam uma concepção mais próxima à prestação de serviços, apontavam, na percepção dos estudantes, para impactos mais “objetivos” para a formação dos futuros administradores públicos.

Neste contexto, percebe-se que o processo de curricularização da extensão se apresenta como uma oportunidade para a construção de possibilidades de superação dessa lógica que apontava para a valorização de um saber mais instrumentalizado, com uma clara hierarquia em relação aos conhecimentos que eram repassados em sala de aula. Para isso, como vimos ao longo do debate acerca das concepções de extensão e de currículo

apresentadas, não basta apenas que se construa a dinâmica da extensão e garanta que serão destinados 10% da carga horária do curso para essas atividades, mas que o próprio debate sobre as concepções de extensão seja um indutor para repensarmos as estratégias de articulação com o ensino e a pesquisa, gerando um novo modelo de pensar a universidade e não apenas uma adaptação aos padrões já estabelecidos.

Neste sentido, a despeito dos inúmeros avanços que ainda se fazem necessários, a consolidação da Política de Extensão em 2020 marca a intencionalidade da Gerência de Extensão da Escola de Governo de que avançar na dimensão dialógica da extensão, e uma extensão popular. A Política de Extensão universitária é baseada no entendimento da extensão que tem o desafio de trazer para o currículo um espaço de aprendizagem de apreensão do real, no qual são experienciadas as confluências de saberes, trazendo a importância dos saberes acadêmicos, mas compreendendo que existem outros saberes que são fundamentais e devem ser considerados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste artigo era apresentar um debate teórico acerca da concepção de currículo, para que se possa refletir sobre os impactos de "curricularizar" a extensão universitária, tomando como base o caso da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (EG/FJP). Neste sentido, a despeito de algumas características muito particulares da do CSAP, acredita-se que apresentar a experiência vivenciada na EG/FJP contribuiu para o fortalecimento da extensão universitária no Campo de Públicas, por meio do compartilhamento e da troca de informações que pode ocorrer com outras IES que passaram recentemente por esse processo de reflexão acerca da curricularização da extensão, assim como também fizeram, por exemplo, Lucas *et al* (2023).

Além disso, passar por todo o percurso de construção deste trabalho aponta para questões muito importantes acerca do processo de curricularização da Extensão universitária, que também puderam ser vivenciados no processo da EG/FJP. Um primeiro ponto que chamamos atenção, são as diversas perspectivas e concepções sobre a extensão que não apenas marcaram o processo de estruturação da extensão, mas que passaram a coexistir dentro das diversas maneiras como se organizava esse processo.

Sobre essa questão, apresenta-se uma lacuna deste trabalho, que abre a possibilidade para futuros estudos, em relação à articulação acerca da forma como é concebida a extensão universitária e os elementos que marcam o Campo de Públicas. Nesse sentido, pensar na maneira como tratamos o ensino em Administração Pública, bem como a produção de

conhecimento na área e a forma como a extensão aparece por vezes reforçando essa relação e por outras trazendo novas possibilidades de (re)pensar esses processos é fundamental.

Neste sentido, um outro ponto que chama atenção no desenvolvimento do trabalho é que, ao nos questionarmos sobre as formas de curricularizar a extensão, um movimento importante é o de repensarmos a dinâmica como construímos nosso currículo, nossas relações pedagógicas e de construção do conhecimento IES. Dentro do processo histórico que foi retomado de forma breve nesse artigo, foi possível perceber a importância da extensão, sua concepção e prática, em momentos importantes de formação e de repensar os cursos superiores.

Por fim, é importante que se faça sempre uma reflexão sobre que extensão estamos falando, sem perder que tratar da curricularização significa um passo para de fato considerarmos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e não apenas uma adequação da extensão universitária à uma perspectiva de currículo fragmentada e organizada por disciplinas. Apesar dos desafios materiais, de recursos, dos elementos que marcam a vida dos estudantes e as diversas desigualdades que atravessam suas vidas, bem como, dos professores e a dinâmica de trabalho que lhes é imposta, é tarefa urgente repensar a forma como as IES se estruturam para que de fato seja possível construir uma extensão que não sirva apenas como campo prático para aplicação de saberes instrumentalizados, e seja capaz de não apenas estender, mas de comunicar os saberes desenvolvidos nas universidades.

REFERÊNCIAS

ANDION, C.; CRUZ, F. N. B.; MIDDLEJ, S.; SILVA, M. . A. F.; RIBEIRO, E. C. Campo de Públicas no Brasil: Diagnóstico exploratório realizado pela rede de pesquisado Campo de Públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 28. 2023.

ARANTES-PEREIRA, C. **Processo de Formação de Professores Universitários engajados no Currículo por Projetos da Proposta Integral de Educação Emancipatória da UFPR Litoral**. São Paulo: PUCSP (Tese de Doutorado). 2012

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Brasil: Ministério da Educação. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. 2018.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dez. de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Da Educação. Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

CRISTOFOLETTI, E. C.; SERAFIM, M. P. Dimensões metodológicas e analíticas da extensão universitária. **Educação & Realidade**, 45(1). 2020

COELHO, F. S.; ALMEIDA, L. S. B.; MIDLEJ, S.; SCHOMMER, P. C.; TEIREIRA, M. A. C. The -public field- after the establishment of the national curriculum guidelines for the undergraduate teaching in public administration: trajectory and current challenges (2015-2020). **Administração: ensino e pesquisa (RAEP)**, v. 21, p. 488-529, 2020.

FORPROEX, 2012. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS.

FORPROEX, 2016. **Carta de São Bernardo**. São Bernardo: FORPROEX.

FRANCO, E. K. **Currículo por projetos: inovação do ensinar e aprender na Educação Superior**. São Paulo: PUC-SP (Dissertação de Mestrado). 2008.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para que?** .Disponível em:
https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. 2017.

GONZÁLEZ, G., LARREA, M.. La gestión de la extensión universitaria: una aproximación conceptual desde la perspectiva cubana. **Revista Cubana de Educación Superior**, 69-76. 2006.

HERNADEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1998

LUCAS, A. C.; PIRES DE ARRUDA LEITE, J.; GONÇALVES JUNIOR, O.; VAN NOIJE, P.; RIBEIRO DE SOUSA, R. Curricularização da extensão: a experiência do curso de administração pública da Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo. 2023.

MAGALHÃES, Bruno Dias et al.. Reforma Do Projeto Pedagógico Do Curso De Graduação Em Administração Pública Da Escola De Governo Da Fundação João Pinheiro: Avanços E Perspectivas.. In: **Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas**. Anais. Brasília (DF) Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2021.

MENEZES, A. L. T.; e SÍVERES, L. Nas fronteiras da indissociabilidade - a contribuição da extensão universitária. In: SÍVERES, Luiz e MENEZES, Ana Luisa Teixeira. **Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES)**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

MORI, R. C. Comunicar O Conhecimento Para (Re)Produzi-lo: O Lema Da Extensão Universitária. **Rev. Cult. Ext. USP**, São Paulo, v. 17, p. 83-95, mai. 2017

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, 11(3), 8-27. 2015.

PIRES, V., SILVA, S. de A. M., FONSECA, S. A., VENDRAMINI, P. COELHO, F. S. Dossiê – Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Revista de Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, 110-126. 2014.

ROLDÃO, M. do C. **Gestão Curricular. Fundamentos e Práticas.** 1999

SOUZA, A. L. L. **A história da extensão universitária.** Alínea. 2010.

SOUZA, R. E. S. **Caminhos para a construção de uma sistemática de avaliação dos projetos de extensão da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.** 2017. 66 fl. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

THIOLLENT, M.J.M. - **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Pólis, 1987.

ZABALZA, M. A. **Diseno Y Desarrollo Curricular.** Narcea. 1987.